

OS IMPACTOS E LEGADOS NEFASTOS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL: COPA DO MUNDO DE 2014 E JOGOS OLÍMPICOS 2016

Fábio Fonseca Figueiredo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Departamento de Políticas Públicas
ffabiof@yahoo.com

Elaine Carvalho de Lima – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Departamento de Economia
elainecarvalhoonline@hotmail.com

Marcelo Augusto Pontes de Araújo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Departamento de Políticas Públicas
marceloaugusto84@hotmail.com

RESUMO

A partir dos anos 2000 o governo brasileiro passa a vislumbrar a sua política esportiva como mais uma janela de oportunidades, capaz de atrair investimentos externos e dinamizar a economia nacional. A inserção do país no cenário esportivo internacional ocorre com a escolha do Brasil como país sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Para o recebimento destes megaeventos esportivos, os investimentos públicos e privados são canalizados na construção de arenas esportivas e infraestrutura urbana das cidades que irão sediar estes eventos, o que muda a imagética das cidades. O discurso oficial criador de consensos de que os impactos e legados dos megaeventos serão positivos em diversos aspectos (social, econômico, esportivo, etc.) escamoteia as prioridades do direcionamento do investimento público na realização dos megaeventos, que conforme constatações já verificadas são o de fomentar o setor imobiliário turístico. Portanto a política pública brasileira de adequação das cidades sedes direciona o investimento do setor imobiliário turístico. Ao mesmo tempo, o mercado imobiliário sinaliza o governo para onde tais políticas públicas devem intervir na estrutura urbana da cidade. Como consequências há o aumento da renda da terra urbana das áreas de interesse do mercado imobiliário, o que provoca conflitos e gera desigualdades sociais. Também, o investimento público cria “custo de oportunidades” ao priorizar certos investimentos em detrimento de maior aporte orçamentário em políticas sociais. A partir de dados coletados da pesquisa “Metropolização e megaeventos: impactos dos Jogos Olímpicos/2016 e Copa do Mundo/2014”, desenvolvida pelo Observatório

das Metr6poles, n6cleo Natal, o presente artigo analisa os rebatimentos dos megaeventos para a popula76o mais fragilizada das cidades sedes desses eventos.

Palavras chave: Megaeventos esportivos; Impactos e legados; Brasil; Pol6ticas p6blicas; Desigualdades sociais

RESUMEN

A partir de los a7os 2000 el gobierno brasile7o comienza a vislumbrar su pol6tica para los deportes en m6s una ventana de oportunidad, capaz de atraer inversiones extranjeras e impulsar la econom6a nacional. La inserci6n del pa6s en la escena deportiva internacional ocurre con la elecci6n del pa6s anfitri6n del Mundial de F6tbol en 2014 y Juegos Ol6mpicos del 2016. Para recibir estos mega eventos deportivos, las inversiones p6blicas y privadas se canalizan en la construcci6n de estadios y arenas para la pr6ctica de deportes e infraestructura urbana en las ciudades que ser6n sede de estos eventos, lo que cambia la imagen de las ciudades. Entre tanto, el discurso oficial se presta a crear consenso que los impactos y los legados de los mega eventos deportivos ser6n muchos y positivos (sociales, econ6micos, deportivos, etc.), esconde las prioridades de la inversi6n p6blica en la realizaci6n de los eventos, que conforme ya se verific6 son los de aumentar las ganancias del sector inmobiliario y tur6stico. Al mismo tiempo, el mercado inmobiliario se7ala al Gobierno donde tales pol6ticas deben intervenir en la estructura urbana de la ciudad. Como consecuencia hay aumento de los ingresos de las zonas urbanas de inter6s en el mercado inmobiliario, lo que provoca conflictos y genera desigualdades sociales. Adem6s, la inversi6n p6blica crea "el costo de oportunidad" pues presupuesta ciertas 6reas dejando a seg6n plan la financiaci6n a pol6ticas sociales. Los datos recogidos de la investigaci6n "Metropoliza76o e megaeventos: impactos dos Jogos Ol6mpicos/2016 e Copa do Mundo/2014", desarrollada por el Observat6rio das Metr6poli, n6cleo Natal, este art6culo analiza las repercusiones de los mega eventos deportivos para la poblaci6n m6s fr6gil de las ciudades sede de estos eventos.

Palabras clave: Megaeventos desportivos; Impactos y legados; Brasil; Pol6ticas p6blicas; Desigualdades sociales

1. A IMPORT6NCIA DE SEDIAR UM MEGAEVENTO ESPORTIVO

Nas 6ltimas tr6s d6cadas os megaeventos esportivos alcan7aram grande visibilidade internacional, sendo a sua realiza76o requerida por governos e entidades privadas. Com o

fenômeno da globalização e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, esses eventos passaram a ter um nível de abrangência cada vez maior, sendo transmitidos a quase totalidade dos países e sendo assistido por quase metade da população mundial. Ganham relevância dois megaeventos esportivos, a Copa do Mundo de Futebol, promovida pela FIFA (Federação Internacional de Futebol Associados) e as Olimpíadas que é chancelada pelo COI (Comitê Olímpico Internacional).

A prerrogativa de resultados positivos para as localidades que sediam esses eventos tem contribuído para que as administrações utilizem os megaeventos como ferramenta na formulação e implantação de políticas públicas propositivas visando o desenvolvimento social e econômico. Villano *et. al* (2008, p; 49) aponta cinco aspectos como possíveis legados de um megaevento esportivo, sendo eles: a) Legados do evento em si; b) Legados da candidatura do evento; c) Legados da imagem; d) Legados de governança e e) Legados de conhecimento.

Os megaeventos esportivos são requeridos pelas administrações públicas visto que através deles se vislumbra a promoção de uma cidade ou país, o que implica em uma ótima oportunidade de mudança na imagética local. Para Capel (2010), a realização de um megaevento esportivo atrai muitos e diversos efeitos positivos, podendo ser uma poderosa ferramenta de estratégias de marketing urbano, o que é requisitado pelas administrações locais como forma de inserir as localidades na economia mundo:

Las ciudades luchan por promocionar su imagen en el mundo, y por las consecuencias que ello tiene para el turismo y la actividad económica. Las inversiones que se realizan permiten ampliar las infraestructuras, aumentan la visibilidad internacional, mejoran algunos sectores de la ciudad, incrementan el equipamiento hotelero y la calificación de los agentes turísticos. Se considera también que un gran acontecimiento deportivo activa el consumo y permite luchar contra los procesos de desmantelamiento industrial. (p.2).

Hospedar um megaevento implica em uma possibilidade de destaque no cenário político, nacional e internacional, e por isso o discurso oficial que justifica o esforço ao recebimento desses eventos se relaciona a benefícios tais como econômicos, adquiridos através dos investimentos público e privado, conquistas sociais, normalmente relacionados à geração de emprego e renda; inclusão social das camadas mais vulneráveis da população. Ou seja aos impactos e legados que um megaevento esportivo pode proporcionar a uma localidade (HARVEY, 1996).

A vasta bibliografia já produzida sobre as Olimpíadas de verão de 1992 mostra que é possível um megaevento impactar de forma positiva em uma sociedade e deixar um legado satisfatório para a cidade. A até então frágil economia espanhola que havia entrado no mercado comum europeu no ano de 1986, e escolhida no ano seguinte para ser sede das olimpíadas de 1992, obteve incrementos econômicos significativos. O modelo urbanístico desenvolvido em Barcelona transformou aquela cidade em um canteiro de obras, sendo revitalizadas áreas antes degradadas e construídas novas áreas. Também dinamizando a economia local, com destaque para o desenvolvimento da atividade turística, de forma que Barcelona é atualmente o segundo destino mais procurado na Europa. A realização das Olimpíadas de 1992 projetou a cidade de Barcelona para o *global cities*.

Para além dos aspectos urbanísticos, Borja (2010) assinala que o planejamento e as intervenções urbanas ocorridas em Barcelona ocorreram muito antes das Olimpíadas. Essas intervenções fizeram parte de um programa em que o megaevento estava inserido e não o contrário. Ainda conforme Borja, outro aspecto relevante e que marcou as Olimpíadas de 1992 foi a tradição cultural, vetor amplamente trabalhado durante aqueles jogos, o que refletiu no incremento no fluxo de turistas nos anos posteriores, na imagem catapultada de vários artistas locais que se apresentaram durante os jogos olímpicos.

Nas edições seguintes dos jogos olímpicos, as cidades pleiteantes copiaram o modelo Barcelona, relacionado os seus jogos a aspectos culturais como o mais importante dos legados, tais como Atlanta (1996), Sydney (2000), Atenas (2004) e Pequim (2008) que sediaram as Olimpíadas de verão; Salt Lake City (2002) e Turim (2006) que hospedaram as Olimpíadas de inverno.

No que concerne ao aspecto estritamente econômico, Proni (2008) salienta que a Copa do Mundo de Futebol realizada nos Estados Unidos em 1994 e os megaeventos promovidos em países ricos da Europa, movimentam um volume de dinheiro que varia entre 2% e 3% do produto interno bruto daquelas localidades. Segundo Rúbio (2002), a indústria do entretenimento encontra na linguagem universal da atividade esportiva uma forma de sua reprodução, através da criação de mitos do esporte, heróis e gladiadores que atuam no desporto de alto rendimento.

Mas, será que os megaeventos esportivos impactam de maneira tão positiva aos países e deixam legados tão satisfatórios? Não haveriam efeitos nefastos para uma localidade que recebe um megaevento esportivo? A próxima seção trata de examinar tais questões.

2. O NEFASTO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

De origem latina, a palavra nefasto significa algo que causa desgraça, sinistro, infausto (FERREIRA, 1986). Se à primeira vista parece exagerado associar a realização de um megaevento esportivo a uma palavra carregada de significados negativos, os resultados e consequências dos megaeventos para algumas localidades que os receberam tampouco podem ser considerados satisfatórios, conforme alardeada pelos políticos que estão na gestão dessas localidades. Nessa seção relacionamos ao que definimos por nefasto três aspectos que ocorrem com a realização de um megaevento esportivo: a) os custos de oportunidades; b) a herança maldita dos equipamentos esportivos e c) a sinalização mercadológica dos investimentos esportivos.

Ao sediar um megaevento, incluindo os esportivos, o gasto público investido cria o que a literatura define por “custos de oportunidades”. Siegfried e Zimbalist (2000) comentam que a decisão por destinar parte do orçamento público na realização de megaeventos esportivos exclui a oportunidade de se priorizar esse orçamento em outras áreas, notadamente em áreas de demanda social. Portanto, a construção de um estádio não está relacionada apenas aos recursos financeiros para sua construção, mas no valor que poderia ser direcionado à sociedade em um projeto público prioritário.

Apesar de terem uma boa aceitação pela possibilidade de gerar benefícios à população, pleitear e posteriormente realizar um megaevento implica em elevado investimentos econômicos públicos. Tal aspecto pode se tornar preocupante quanto a escolha das sedes, especialmente porque pode gerar problemas nas finanças públicas devido ao elevado recurso disponibilizado e ao endividamento de longo prazo. A construção de arenas e demais gastos à realização de um megaevento esportivo é financiada pela cidade ou país sede, o dinheiro usado é proveniente dos impostos ou na redução dos serviços públicos. Um caso clássico de aumento de impostos relacionados a megaeventos esportivos ocorreu no Canadá, que teve a cidade de Montreal como sede das Olimpíadas de verão de 1976. A administração local criou uma taxa que por trinta anos serviu para repor os gastos públicos com aquele evento.

Andreff (2006) afirma que apesar das declarações dos governos, o esporte não é tido como umas das áreas principais no orçamento dos países subdesenvolvidos. O autor chama a atenção para a frase que foi pintada em um dos estádios da Copa do Mundo de Futebol no México em 1986, "*No queremos goles, queremos frijoles*". Tal passagem mostra o descaso com o dilema econômico em regiões em que a fome, o analfabetismo e a pobreza ainda imperam, como é o caso da África do Sul, sede da última Copa do Mundo de Futebol.

O segundo aspecto nefasto de um megaevento esportivo relaciona-se com os equipamentos construídos e seus altos custos de manutenção. A construção de instalações desportivas deve ser proposta como um projeto social e que leve em consideração as necessidades locais, e não apenas as exigências mercadológicas. Ao receber um megaevento, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) recomenda:

Investir na cidade (e região), e não no evento, é algo que deve ser colocado como prioridade na hora de formular uma proposta de candidatura. Antes dos estádios, ginásios, piscinas, alojamentos é importante pensar na questão das facilidades de transporte e comunicação, na questão ambiental e na segurança e conforto dos turistas e atletas, por exemplo. (IPEA, 2008, p. 47).

O exemplo emblemático dessa herança maldita de um megaevento esportivo é a Grécia, sede das Olimpíadas de verão de 2004. O elevado investimento público na construção de arenas esportivas e outros equipamentos urbanos comprometeu a capacidade de pagamento das contas públicas. Se o sistema de metrô de Atenas, construído como parte da mobilidade urbana para o evento, é considerado um dos mais eficientes do mundo e portanto um legado positivo daquelas olimpíadas, os elevados custos de manutenção das arenas esportivas, o que proporcionou a quebra de contrato da parceria público-privada levou o governo grego a assumir os custos de manutenção dessas arenas (OLIVEIRA, 2012). Como resultado, a atual crise econômica grega que se agrava devido aos custos das olimpíadas, com rebatimentos para a sociedade.

Há exemplos de países que sediaram eventos futebolísticos e que não tinham uma forte tradição no futebol e/ou uma liga nacional suficiente para utilizar rotineiramente os estádios. Os "elefantes brancos" lusitanos entram nessa lista pois os estádios construídos em Portugal para a realização da Euro 2004 (maior campeonato de futebol entre as seleções da Europa) recebem menos de dois mil expectadores em jogos da primeira divisão de futebol daquele país. Também o novíssimo estádio nacional de Maputo, capital do Moçambique. Construído por um

grupo chinês e finalizado em 2010, o estádio que tem capacidade para 42 mil lugares e possui média de público irrisória, como menos de duzentos expectadores na final do Moçambola 2012, campeonato da liga principal de futebol moçambicano.

Seguramente o mais nefasto de um megaevento esportivo são os mega projetos estruturantes, que para sua concretude desapropria e reloca a população local, especialmente em espaços que se localizavam nas áreas mais pobres, ocasionando uma valorização econômica da área e levando a perda de seu ambiente social (RUBIO, 2008). Para tanto, o mercado imobiliário sinaliza para o governo onde e como tais projetos devem intervir na estrutura urbana de uma cidade. Como consequências há o aumento da renda da terra urbana das áreas de interesse do mercado imobiliário, o que provoca conflitos e desigualdades sociais.

Para Mendes (2011), o processo de gentrificação se estabelece na constituição de uma nova classe média. Conforme o autor *“tal processo contextualiza-se no seio de uma ampla recomposição sócio-demográfica, traduzindo-se na constituição de uma suposta ‘nova classe média’ que se diferencia da classe média tradicional”* (p. 478).

Mesmo com as positivities das Olimpíadas de verão de 1992, em Barcelona, ocorreu na capital catalã um forte processo de gentrificação nos moldes do comentado por Mendes (*et. al*). *Poblenou* era uma antiga área industrial constituída por vivendas obreiras. A localização privilegiada, nas proximidades da praia de Barceloneta, onde se construiu o Porto Olímpico, fez que aquele distrito fosse selecionado para abrigar a Vila Olímpica. O processo de valorização da área do entorno da vila construída para os jogos olímpicos somados as ‘necessárias’ remoções afetou, conforme dados do COHRE (2007) 147 famílias que residiam naquele distrito. Em toda Barcelona 624 famílias foram desalojadas, removidas o sofreram diretamente as consequências dos jogos olímpicos.

Será que o modelo Barcelona foi exitoso e portanto deve ser copiado? Para Manuel Delgado (2007), a propósito das Olimpíadas de 1992, o modelo Barcelona se constitui em uma fraude e portanto esse modelo fracassou *“el fraude de la actuación de políticos y urbanistas que concibieron y emprendieron el modelo Barcelona a través de la promoción inmobiliaria, comercial y turística de la ciudad.”*

Dados da COHRE (2007) mostram que nos Jogos Olímpicos de verão de Atlanta (1996), cidade que a municipalidade seguiu à risca os ditames do modelo Barcelona, aconteceram

processos semelhantes. Em Atlanta houve o deslocamento de 30.000 famílias de baixa renda, que foram obrigados a deixarem suas casas para as obras de infraestrutura daquele megaevento. Também foram destruídas aproximadamente 2.000 unidades habitacionais e cerca de 6.000 moradores ficaram desabrigados. O processo de gentrificação e embelezamento fez com que muitas comunidades se deslocassem para áreas distantes do centro de Atlanta, ocasionando um aumento da renda da terra e dos preços das habitações. Já nas Olimpíadas de verão de Sydney (2000), outro caso reputado como de sucesso, aproximadamente 6.000 moradores foram desalojados, houve movimentos de especulação imobiliária e os imóveis tiveram uma elevação de aproximadamente 50% do valor inicial.

Receber um megaevento implica em tentar maximizar as oportunidades e diminuir suas consequências negativas. A próxima seção trata da inserção do Brasil no cenário esportivo internacional através da realização dos megaeventos, que ocorre com a escolha do país sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos de verão de 2016.

3. O BRASIL NO CENÁRIO ESPORTIVO INTERNACIONAL: copa 2014 e olimpíadas 2016

O primeiro megaevento realizado no Brasil e que se tem registro foram os Jogos Olímpicos Latino-americanos do Rio de Janeiro (promovidos pelo Comitê Olímpico Internacional até a década de 1920), em comemoração ao Centenário da Independência do país. Conforme Dacosta e Miragaya (2008), aquele evento reuniu aproximadamente 160 mil pessoas (a cidade tinha à época cerca de um milhão de habitantes) e contou com 1200 atletas de seis países. Estes números colocam aqueles jogos na modalidade de um megaevento esportivo.

O Brasil não é um país com tradição no recebimento e promoção de megaeventos esportivos. Apesar da relevância na política e economia internacionais, até a confirmação como sede da Copa do Mundo de 2014 em 2007, o país havia recebido apenas um mundial de futebol no longínquo ano de 1950, os Jogos Pan-americanos de 1967 e 2007 (este último de maior expressão na América Latina) e competições esportivas de menor relevância como as Copa América de Futebol, mundiais de esportes olímpicos de pequena expressão e a Formula 1, o último como o evento mais expressivo e realizado ininterruptamente desde 1972.

As questões relacionadas a esportes tomaram uma conotação singular no Brasil em meados dos anos noventa, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu o Ministério Extraordinário do Esporte em 1995, que teve no ex-atleta Pelé o seu primeiro ministro. O

objetivo da criação do ministério era ter um órgão da administração pública que concentrasse esforços na formulação de uma política nacional para o esporte que, até então encontrava-se difusa e dependente das determinações das federações esportivas.

A partir dos anos 2000 o governo brasileiro passa a vislumbrar a sua política esportiva como mais uma janela de oportunidades, capaz de atrair investimentos externos e dinamizar a economia nacional. A inserção do país no cenário esportivo internacional ocorre com a escolha do Brasil como país sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e do Rio de Janeiro como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

A relevância que a sociedade brasileira tem dado à Copa e Olimpíadas reside no fato de que eventos dessa magnitude podem se materializar em diversas formas de oportunidades para as localidades que os recebem. Preuss (2006) evidencia que não são apenas as autoridades públicas que buscam os legados positivos, mas também as entidades esportivas internacionais. Entre as principais justificativas teríamos que um legado positivo evita descontentamento do público, justifica a utilização de recursos públicos na preparação do evento e estimula outras nações a sediarem os megaeventos.

Ao examinar os possíveis impactos econômicos a partir da realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, Proni (2009) observa que os jogos podem ser um catalisador de investimentos em infraestrutura urbana, ajudar a dinamizar o turismo local e por consequência implicar em uma fonte geradora de emprego e renda. Para o autor, é provável que a indústria esportiva movimente pouco mais de 1% do PIB (algo em torno de R\$ 30 bilhões, em 2007), mas ainda não existem estatísticas apropriadas, o que torna os cálculos pouco confiáveis.

Entretanto, apesar das previsões econômicas otimistas divulgadas pela administração pública brasileira, o Proni (*et. al*) pondera que os principais legados das olimpíadas cariocas de 2016 não serão no campo estritamente econômico e sim nos aspectos relacionados a como a sociedade pode capitalizar socioculturalmente a realização do megaevento esportivo.

Apesar dos números e projeções, no Brasil, a campanha de candidatura de ambos os eventos que aqui se realizarão foram pautados na diversidade cultural como elemento marcante do país. O Ministério da Cultura criou um grupo de trabalho para elaborar ações para a Copa do Mundo de 2014. O grupo teve até 31 de dezembro de 2012 para apresentar um plano com sugestões de ações culturais que serão executadas antes e durante o torneio.

Apesar desse cabedal de possibilidades, os aspectos econômicos têm monopolizado os discursos em prol dos megaeventos, geralmente reduzindo seus impactos e legados a investimentos de vultosas cifras econômicas em atividades e infraestruturas urbanas que privilegiam o setor imobiliário e turístico. Dessa forma, o que deveria ser um conagraçamento de povos através do esporte, os megaeventos se tornam uma encarniçada disputa política na tentativa de receber tais eventos.

4. A COPA DE 2014 E OLIMPÍADAS DE 2016: números que não se entendem

Os megaeventos esportivos são eventos de temporalidade curta e efeitos de longo prazo. Esta característica vai de encontro ao que é observado na sua promoção: vultuosos investimentos e que, na maioria dos casos, há uma procura de parcerias entre o governo e o setor privado, objetivando maiores benefícios econômicos e sociais. Nesse sentido, são vários os questionamentos que perpassam as discussões sobre esses megaeventos, entre eles, quais seriam os reais custos e benefícios gerados pela sua realização.

Algo que dificulta a mensuração dos impactos para as áreas que hospedam esses eventos se dá nas particularidades de cada região, pois o evento demanda necessidades diferentes em cada período e espaço geográfico, o que impede muitas vezes que se realizem análises comparativas. Muitos legados podem também não ser planejados, gerando externalidades positivas/negativas. Ou seja, custos ou benefícios proporcionados pelo evento que afetam uma comunidade que não está diretamente associada ao evento.

Os governos disponibilizam estudos de consultorias para elaborar análises de impactos econômicos, que geralmente superestimam os possíveis resultados econômicos obtidos *a posteriori* dos megaeventos (PRONI E SILVA, 2012). Muitas são as críticas com relação a validade dessas análises, principalmente, quando não há o devido conhecimento da realidade local onde o evento irá ocorrer. Para Matheson (2006), os multiplicadores gerados nestas análises são duvidosos porque eles são baseados nos padrões normais de produção em uma área econômica, entretanto, a economia de uma cidade que for sediar tais eventos poderá se comportar de maneira diferente, o que poderá invalidar a influência desses multiplicadores.

Ao fazer uma avaliação dos megaeventos esportivos, no caso da Copa do Mundo de futebol, Matheson (2006) comenta que o evento faz uma substituição de turistas usuais por “turistas-copa”, em que esses últimos podem ter gastos na cidade-sede significativamente menor, já

que as despesas estarão mais relacionadas com os ingressos e deslocamentos para o evento. Há, portanto, uma concentração na arrecadação com o turismo, concentrado na agência promotora do evento.

O estudo de impacto econômico encomendado pelo comitê organizador da Copa do Mundo de 2014 apresenta números otimistas. Semelhante a estudos feitos em edições anteriores, o salto econômico no que diz respeito a atração de investimento, fluxo de turistas e criação de postos de trabalho se baseia em elementos duvidosos, porém possuem grande impacto na mídia, tendo como objetivo principal a criação de um consenso junto a população.

Em recente artigo, Proni e Silva (2012) analisam os números referentes aos impactos econômicos da Copa do Mundo 2014 divulgados pelo comitê organizador e concluem que as informações são superestimadas. A consultoria Value Partners para o Ministério do Esporte mostra que com a copa serão gastos R\$ 185 milhões e os impactos econômicos oriundos gerará 332 mil empregos permanentes, entre 2010 e 2014, e 381 mil empregos temporários no ano de realização do evento. O estudo aponta um incremento do faturamento no turismo de R\$ 9,4 bilhões, a partir dos gastos de 600 mil turistas estrangeiros e 3.100 turistas nacionais.

Proni e Silva (*op. cit.*) questionam ainda a projeção do valor do gasto médio do turista no evento, para eles não há razão em estipular em US\$ 2,5 mil essa rubrica, já que segundo a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE), em 2010, o gasto médio do turista estrangeiro vindo a eventos no país não passou de US\$ 1,6 mil. Outro aspecto questionável do estudo da Value Partners, são os investimentos em infraestrutura, já que para o cálculo foram adotados projetos em linhas e financiamento formalizados até fevereiro de 2010, estimativas internas de governo a projetos em elaboração, mas não formalizados e estimativas de mercado para as demais áreas de atuação. Diversos projetos de infraestrutura urbana divulgado para a Copa não se realizarão, sendo Natal/RN um caso exemplar, onde somente o estádio será construído.

Os números dos postos de empregos também são de difícil mensuração. Baade (1996) (*apud* KUPER e SZYMANSKI) questiona a origem da mão de obra na construção das arenas esportivas, argumentando uma possível transferência entre setores ou empresas desses trabalhadores, refletindo em uma carência em outras áreas. Ainda, como chances de inflação no custo da mão de obra devido ao aumento na procura pela indústria da construção civil.

O Brasil, portanto, sinaliza no sentido de perder uma grande oportunidade de dinamização do seu setor cultural. O curto período destinado ao planejamento e execução dos projetos deve comprometer sobremaneira os impactos e legado no setor. O uso alternativo das arenas seria uma dessas facetas, já que todas serão adaptadas a receber não apenas eventos esportivos, mas também os culturais. No que se refere a esse ponto, muito se tem alardeado sobre as possibilidades de shows e concertos nas arenas multiuso, contudo várias questões devem ser levadas em consideração. Em todas as cidades sede a ocorrência de atividades culturais que possa ocupar de forma economicamente viável tais arenas é mínima.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Lima *et. al.* (2009), os megaeventos são tradições inventadas com objetivos econômicos, um resgate ao antigo através da repetição de rituais *fakes* [grifo dos autores] como são os jogos olímpicos da era moderna. Sabe-se que para sustentar a ideia de sediar os megaeventos, as administrações públicas e demais agentes econômicos envolvidos mostram o sucesso obtido em outros países que realizaram tais eventos. No entanto, em meio a tantos problemas com desdobramentos para as classes sociais menos favorecidas que são vistos em outras edições de grandes eventos, permanece a dúvida sobre os reais benefícios gerados para a população das localidades que os recebem.

Em países em desenvolvimento e/ou debilitados economicamente não é, ou pelo menos não deveria ser, prioridade investir no esporte de competição visto que indicadores socioeconômicos evidenciam altos índices de desigualdade e pobreza. Nestas regiões há, portanto, necessidade de priorizar a canalização dos investimentos públicos em áreas básicas para garantir um maior acesso aos direitos sociais individuais e coletivas.

Para hospedar um megaevento esportivo, os investimentos públicos e privados são canalizados na construção de arenas esportivas e infraestrutura urbana das cidades que irão sediar tais eventos. Esses investimentos, necessários, se são satisfatórias em uma perspectiva técnica, deixam consequências nefastas para as sociedades que os recebem pois são visíveis as remoções, o processo de gentrificação que ocorre com os populações pobres, o encarecimento da economia local e problemas externos que passam a fazer parte das localidades onde se realizam os megaeventos.

No caso brasileiro, o discurso oficial criador de consensos de que os impactos e legados dos megaeventos serão positivos em diversos aspectos (social, econômico, esportivo, etc.) escamoteia as prioridades do direcionamento do investimento público na realização dos megaeventos, que conforme constatações nos resultados parciais obtidos na pesquisa desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles (Metropolização e megaeventos: impactos dos Jogos Olímpicos/2016 e Copa do Mundo/2014), são o de fomentar o setor imobiliário turístico.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREFF, W. Sport and financing. In ANDREFF, W e SZYMANSKI, S (org.), Handbook on the Economics of Sport, Cheltenham, UK, and Northampton/MA: Edward Elgar 2006.

BORJA, Jordi. Os jogos Olímpicos de Barcelona, 1992: marcas, memórias e aprendizados para reinventar a cidade. In REIS, Ana Carlaa (org). Cidades Criativas: o papel da copa, das olimpíadas e dos museus internacionais. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2010.

CAPEL, Horacio. Los Juegos Olímpicos, entre el urbanismo, el marketing y los consensos sociales. Barcelona: Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. XV, nº 895 (1), 2010. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-1.htm>>. Acesso em 11/02/2013.

COHRE. Fair Play for Housing Rights: Opportunities for the Mega Events, Olympic Games and Housing Rights. Genebra: Centre on Housing Rights and Evictions, 2007.

DACOSTA, Lamartine e MIRAGAYA, Ana. Estado da arte do conhecimento sobre legados de megaeventos esportivos no exterior e no Brasil – introdução aos temas e autores do livro 'legados de megaeventos esportivos'. Rio de Janeiro: UGF, 2008. Disponível em: <http://www.sportsinbrazil.com.br/livros/estado_da_arte.pdf>. Acesso em 13/02/2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Fronteira, 1986.

SIEGFRIED, John e ZIMBALIST, Andrew. The economics of sports facilities and their communities. Nashville: Journal of Economic Perspectives, 2000. V.14 (3), pp.95–114.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaços & Debates, 39, p. 48-64, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Leitura Econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

KUPER, Simon e SZYMANSKI, Stefan. Soccernomics. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2010.

LIMA, Mariza Antunes, MARTINS, Clóvis e CAPRARO, André Mendes. Olimpíadas modernas: A história de uma tradição inventada. Revista Pensar a Prática, Florianópolis, jan./abr. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/296/5874-28303-1-PB.pdf?sequence=1>>. Acesso em 11/02/2013.

MATHESON, V. A. Mega-events: The effect of the world's biggest sporting events on local, regional, and national economies, Holy Cross Working Paper Series, n°. 06-10, 2006.

MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. Caderno Metrôpoles. São Paulo, v. 13, n. 26, pp. [473-495](#), jul/dez 2011

OLIVEIRA, Humberto. Incrível! Depois dos jogos olímpicos de 2004, estádios e arenas de Atenas estão abandonados. São Paulo: Portal IG, 2012. Disponível em <http://colunistas.ig.com.br/obutecodanet/2012/08/10/incrivel-depois-de-jogos-olimpicos-de-2004-estadios-e-arenas-de-atenas-estao-abandonados/?fb_action_ids=484324474930689&fb_action_types=og.recommends&fb_source=aggregation&fb_aggregation_id=246965925417366>. Acesso em 10/10/2012.

PREUSS, H. Winners and losers of the olympic games. In B. Houlihan (ed), Sport & Society, 2. Pag. 415-438. London, Thousand Oaks, CA & New Dehli: Sage, 2006.

PRONI, Marcelo Weishaupt e SILVA, Leonardo. Impactos da Copa do Mundo 2014: projeções superestimadas. Campinas: Instituto de economia UNICAMP, 2012. Texto para discussão 211.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Observações sobre os impactos econômicos esperados dos jogos olímpicos de 2016. Florianópolis: Motrivivência, 2008. Disponível em <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/15567/14108>>. Acesso 10/05/2011.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Observações sobre os impactos econômicos esperados dos jogos olímpicos de 2016. Motrivivência, Florianópolis, Ano XXI, n. 32/33, p. 49-70, Disponível em <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/15567/14108>>. Acesso 10/05/2011.

VALUE PARTNERS BRASIL: Impactos econômicos da realização da copa de 2014 no Brasil. Brasília: Ministério do Esporte, 31 mar 2010. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/futebolDireitosTorcedor/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>>. Acesso em 11/02/2013

VILLANO, Bernardo, SILVA, Dirce, RIZZUTI, Elaine, MIRAGAYA, Ana e DACOSTA, Lamartine. Seminário "Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos": Pontos de Convergência. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2008. Disponível em: <http://www.sportsinbrazil.com.br/livros/estado_da_arte.pdf>. Acesso em 13/02/2013.